

ALFABETIZAÇÃO: ABORDAGEM NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - MÉTODOS E ABORDAGENS DE ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

LITERACY: APPROACH IN YOUTH AND ADULT EDUCATION - LITERACY METHODS AND APPROACHES IN YOUTH AND ADULT EDUCATION

ALFABETIZACIÓN: ENFOQUE EN LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS - MÉTODOS Y ENFOQUES DE ALFABETIZACIÓN EN LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS

Dalvanyclay da Silva Rocha¹

Resumo

Este trabalho investiga as diversas abordagens possíveis para a alfabetização na Educação de Jovens e Adultos. A problemática central visa orientar especialmente os professores recém-formados sobre onde encontrar informações relevantes, como agir e quais atividades são aplicáveis nessa modalidade de ensino. Tal questão se justifica pela falta de experiência que muitos educadores têm com alunos da Educação de Jovens e Adultos, tanto em relação ao conteúdo lecionado em sala de aula - já que a inclusão de abordagens relacionadas à Educação de Jovens e Adultos é recente nos currículos dos cursos de licenciatura - quanto à vivência durante estágios e na prática profissional. O objetivo primordial deste estudo é apresentar práticas pedagógicas que considerem as particularidades dos alunos da Educação de Jovens e Adultos. Para isso, utilizou-se uma abordagem de pesquisa bibliográfica, com ênfase nas contribuições de Paulo Freire, que desenvolveu um método de alfabetização em 45 dias por meio de palavras e temas geradores. As obras *Pedagogia do Oprimido* e *Pedagogia da Autonomia* foram exploradas como referências. Além disso, uma pesquisa documental foi conduzida para examinar as legislações vigentes relacionadas à Educação de Jovens e Adultos. A pesquisa traçou a evolução histórica da Educação de Jovens e Adultos, destacou a contribuição do autor Paulo Freire e suas obras, e delineou diretrizes que os educadores podem adotar ao enfrentar o desafio de alfabetizar e lecionar para turmas da modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Palavras-chave: Alfabetização. Educação de Jovens e Adultos. Paulo Freire.

Abstract

This paper investigates the various possible approaches to literacy education in Youth and Adult Education. The central issue aims to guide especially newly graduated teachers on where to find relevant information, how to act, and which activities are applicable in this teaching modality. This question is justified by the lack of experience that many educators have with Youth and Adult Education students, both in terms of the content taught in the classroom - as the inclusion of approaches related to Youth and Adult Education is recent in the curricula of teaching courses - and in terms of experience during internships and in professional practice. The primary objective of this study is to present pedagogical practices that consider the particularities of Youth and Adult Education students. To this end, a bibliographic research approach was used, with an emphasis on the contributions of Paulo Freire, who developed a literacy method in 45 days through words and generative themes. The works 'Pedagogy of the Oppressed' and 'Pedagogy of Autonomy' were explored as references. In addition, a documentary research was conducted to examine current laws related to Youth and Adult Education. The research traced the historical evolution of Youth and Adult Education, highlighted the contribution of author Paulo Freire and his works, and outlined guidelines that educators can follow when facing the challenge of literacy and teaching groups in the Youth and Adult Education modality.

Keywords: Literacy. Youth and Adult Education. Paulo Freire.

¹Licenciando em Formação Pedagógica em Pedagogia no Centro Universitário Internacional Uninter. E-mail: dalvanyclay.r@outlook.com

Resumen

Este trabajo investiga las diversas aproximaciones posibles para la alfabetización en la Educación de Jóvenes y Adultos. La problemática central busca orientar especialmente a los profesores recién graduados sobre dónde encontrar información relevante, cómo actuar y qué actividades son aplicables en esta modalidad de enseñanza. Esta cuestión se justifica por la falta de experiencia que muchos educadores tienen con estudiantes de la Educación de Jóvenes y Adultos, tanto en relación al contenido enseñado en el aula - ya que la inclusión de enfoques relacionados con la Educación de Jóvenes y Adultos es reciente en los planes de estudio de los cursos de licenciatura - como en la experiencia durante las prácticas y en la práctica profesional. El objetivo central de este estudio es presentar prácticas pedagógicas que consideren las particularidades de los estudiantes de la Educación de Jóvenes y Adultos. Para esto, se utilizó un enfoque de investigación bibliográfica, haciendo hincapié en las contribuciones de Paulo Freire, quien desarrolló un método de alfabetización en 45 días a través de palabras y temas generadores. Las obras 'Pedagogía del Oprimido' y 'Pedagogía de la Autonomía' fueron exploradas como referencias. Además, se realizó una investigación documental para examinar las leyes vigentes relacionadas con la Educación de Jóvenes y Adultos. La investigación trazó la evolución histórica de la Educación de Jóvenes y Adultos, destacó la contribución del autor Paulo Freire y sus obras, y delineó directrices que los educadores pueden seguir al enfrentar el desafío de alfabetizar y enseñar a grupos en la modalidad de Educación de Jóvenes y Adultos.

Palabras clave: Alfabetización. Educación de Jóvenes y Adultos. Paulo Freire.

1 Introdução

Alfabetizar tem como significado, segundo o dicionário, ensinar a alguém a leitura e a escrita, ministrar a alguém um ensinamento. O tema da pesquisa é alfabetização na Educação de Jovens e Adultos (EJA). No ambiente de trabalho, nas redes sociais e no convívio diário, ainda se nota a dificuldade que alguns adultos apresentam com relação a expressão através da escrita e da leitura. A EJA é uma possibilidade de formação aos indivíduos que, por inúmeros motivos, entre eles a desigualdade social e, não tiveram acesso à educação em idade escolar. Esses indivíduos têm no EJA a oportunidade de alfabetização e mudança de suas realidades.

A escolha do EJA como tema desse trabalho se deu pela necessidade de compreensão mais aprofundada sobre a alfabetização de adultos. Trata-se de um tema pouco abordado e/ou vivido durante os períodos de aula e estágio, e formandos que tiveram pouca ou nenhuma vivência em determinada turma em sala de aula apresentam dúvidas sobre como alfabetizar. Para eles, pouco conhecidas são as abordagens a respeito de como alfabetizar um jovem ou adulto.

Este trabalho visa elucidar abordagens relacionadas a alfabetização na idade adulta, as possibilidades, métodos e as especificidades para um público com características completamente distintas da educação infantil. Desta forma, busca-se responder questionamentos como: por onde deve se iniciar a alfabetização na educação de jovens e adultos? Algo importante para que os profissionais detenham informações e conhecimentos que norteiem sua trajetória profissional de maneira útil e relevante. Para que existam profissionais

engajados e competentes, capazes de mudar vidas e realidades através do processo de ensino e aprendizagem.

Alfabetizar não se limita apenas às crianças, aqui, abordaremos os métodos que podem ser utilizados para alfabetizar adultos. Se existem um método de ensino, será analisado quando pode ser utilizado e quais as funcionalidades deste para a idade adulta. Expostos os problemas, o presente trabalho buscará responder e propor soluções, bem como analisar pesquisas e estudos que demonstram afinidade com a alfabetização, suas metodologias e métodos, formas de aplicação e singularidades.

A pesquisa abordará os objetivos propostos de maneira abrangente, utilizando uma abordagem mista. Assim, adotará uma abordagem qualitativa ao relacionar, pesquisar, coletar dados, analisando opiniões de autores. Além disso, a pesquisa empregará dados numéricos sempre que possível e relevante para a pesquisa, visando quantificar aspectos relevantes. Para atingir esses objetivos, será conduzida uma pesquisa bibliográfica, na qual serão analisados livros e materiais da internet. No entanto, Paulo Freire será o autor central deste projeto, com suas obras *Pedagogia da Autonomia* e *Pedagogia do Oprimido*, fornecendo uma base sólida para orientar a pesquisa.

Desse modo, este projeto visa identificar, pesquisar e explorar possibilidades de alfabetização de adultos, considerando suas características peculiares decorrentes da idade, bem como suas necessidades individuais. Ao final da pesquisa, busca-se apresentar resultados que evidenciem práticas viáveis e eficazes para a alfabetização de adultos.

2 Metodologia

A presente pesquisa tem caráter qualitativo, e a técnica de obtenção de informação é a bibliográfica, utilizando os livros *Pedagogia da Autonomia* e *Pedagogia do Oprimido* do escritor e patrono da educação no Brasil, Paulo Freire, além de ter caráter documental utilizando revistas on-line sobre a educação, em que serão observados os materiais para coleta de informações.

O autor Paulo Freire foi escolhido por indicação da professora orientadora da presente pesquisa, as obras deste autor, por sua vez, foram selecionadas após pesquisas na internet sobre quais obras abordam de maneira mais abrangente o tema da pesquisa. A busca se deu com palavras-chave: educação de jovens e adultos, alfabetização, métodos. Não houve preocupação com o ano da publicação, mas com a relevância do conteúdo para a pesquisa.

3 Revisão bibliográfica/estado da arte

O presente tópico trata sobre a revisão bibliográfica da pesquisa e está dividido em oito subtópicos: 3.1 Paulo Freire e algumas contribuições; 3.2 Breve histórico da EJA no Brasil; 3.3 Perfil do aluno da EJA e a falta de autonomia deste; 3.4 Objetivo da Educação de Jovens e Adultos; 3.5 Leis que versam a respeito da Educação de Jovens e Adultos; 3.6 Concepções necessárias para a prática da EJA; 3.7 Os métodos de alfabetização na Educação de Jovens e Adultos; e 3.8 Abordagem na Educação de Jovens e Adultos.

3.1 Paulo Freire e algumas contribuições

Paulo Freire é utilizado nessa pesquisa pelo seu histórico na educação, principalmente pela sua notoriedade na Educação de Jovens e Adultos (EJA), seus métodos e atitudes notáveis, conhecimentos repassados por livros, vídeos e aulas serão de grande contribuição para este artigo. Abaixo, há um breve resumo para justificar a utilização das obras dele nesse artigo.

Paulo Reglus Neves Freire nascido em 1921, é tido por muitos como filósofo, e foi um educador nascido em Recife no estado do Pernambuco. cursou direito na Faculdade de Direito Do Recife, estudou também a filosofia da linguagem e se tornou professor de Língua Portuguesa para jovens. Após se formar em direito, não atuou na área e continuou sendo professor. É um dos fundadores do Instituto Capibaribe que está em atividade atualmente, e sempre teve uma abordagem de caráter emancipatório.

O método Paulo Freire, as 40 horas de Angicos e a alfabetização em 45 dias são métodos de alfabetização que Freire utilizava para tirar do analfabetismo nordestinos adultos. Os métodos consistiam, basicamente, em utilizar a vivência do aluno, palavras do seu convívio diário, tais palavras eram contextualizadas e discutidas dentro do contexto do alfabetizando. Ao final, os educandos já sabiam escrever inúmeras palavras. Ao final da primeira aplicação do método Paulo Freire de educação em 45 dias, método esse que ganhou notoriedade nacional, o então presidente da República João Goulart compareceu para a cerimônia de encerramento.

Nem todos os governos apreciaram a metodologia de Paulo Freire que, em 1964, durante a Ditadura Militar, ficou encarcerado por mais de dois meses, após alfabetizar pobres no nordeste do Brasil. Depois de liberto, Freire viveu por anos no Chile, onde atuou na Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação e em programas com intuito de alfabetizar adultos. Retornou ao Brasil após receber anistia do então Presidente da República Geisel no ano de 1979, quando se filiou ao Partido dos Trabalhadores e exerceu a função de secretário municipal de educação de São Paulo Capital entre os anos de 1989 e 1991.

Por sua notória contribuição na educação, com suas obras e vida, Freire recebeu, em 1986, o Prêmio UNESCO de Educação para a paz, e acumula pelo menos 40 títulos de Doutor Honoris Causa em diversas universidades, escreveu 10 livros entre 1997 e 1967. Em 2012, através da Lei n.º 12.612, Freire foi declarado patrono da educação.

3.2 Breve histórico da EJA no Brasil

No Brasil colonial, os Jesuítas, que também desempenhavam o papel de professores da época, tinham a preocupação de ensinar aos indígenas a leitura e a escrita, habilidades que dominavam. Para isso, empregavam o mesmo método utilizado com as crianças, utilizando livretos como materiais didáticos. A metodologia se baseava na repetição e memorização dos conteúdos.

Durante o período do Brasil Império, o princípio da 'civildade' prevalecia nas oportunidades de alfabetização para jovens e adultos, seguindo o modelo de educação jesuíta. O foco era garantir que, ao final do processo, os indivíduos obtivessem um certificado e não 'envergonhassem o país' devido à falta de conhecimento. Semelhante ao período dos jesuítas, as pessoas escravizadas não eram consideradas adultos necessitando de educação. Nessa época, voluntários atuavam como instrutores, utilizando a leitura em voz alta e a memorização como métodos de ensino, tanto para adultos quanto para crianças.

Na época da República no Brasil, a prioridade era que os adultos dominassem a habilidade de leitura e escrita, visando regenerar a população e torná-la um motivo de orgulho nacional, em vez de ser motivo de vergonha. Também havia a utilização de voluntários para lecionar as aulas, e campanhas educacionais eram realizadas por períodos determinados.

Na década de 1930, a alfabetização compreendia a leitura, escrita, e a capacidade de seguir ordens e instruções. Isso se devia à presença da ditadura, onde o governo buscava manter seu controle sobre o poder e garantir que os trabalhadores na indústria fossem capazes de desempenhar suas funções nas fábricas. Os alfabetizadores eram voluntários. Nesse contexto, surgiu o que é chamado de 'supletivo', oferecendo às pessoas a oportunidade de retomar os cursos que não haviam concluído. No entanto, os métodos de memorização, leitura em voz alta e o uso de folhetos ainda eram os recursos predominantes.

Nos anos 1940, os professores de educação infantil e voluntários eram os responsáveis pela instrução. A incorporação de professores contribuiu para a melhoria da qualidade de ensino, uma vez que esses educadores haviam concluído sua própria formação para se tornarem aptos a lecionar. Houve também melhorias na infraestrutura educacional, incluindo a produção

de materiais didáticos. No entanto, os materiais continuavam sendo semelhantes aos usados com crianças. Um aspecto diferencial desse período é que as aulas eram ministradas em escolas, ao contrário dos períodos mencionados anteriormente.

Durante a década de 1950, influenciado pelas ideias de Paulo Freire e em contraste com o que ocorria em períodos anteriores, a leitura e a escrita foram abordadas como meios de conscientização e compreensão. Isso visava satisfazer as demandas internacionais, reduzir os índices de analfabetismo no país e atender às necessidades populares. O conhecimento dos indivíduos não alfabetizados passou a ser valorizado. Para lecionar, era necessária uma capacitação adequada. A abordagem educacional anterior, conhecida como 'educação bancária', na qual o educador apenas deposita informações e o aluno as absorve para posterior uso (retirada) em provas, deu lugar a um enfoque mais dialógico.

Nos anos 1960 e 1970, períodos marcados por regimes ditatoriais, houve um retrocesso na educação. O método de Freire deixou de ser empregado, e as estratégias de domínio do código e instrução para o mercado de trabalho foram retomadas. Durante esse período, os professores, muitas vezes com treinamentos parciais, e os voluntários receberam manuais pré-elaborados, seguindo-os como material didático para as aulas. Foi nesse contexto que surgiu o MOBREAL, junto com a produção de apostilas como recurso educacional.

A partir dos anos 1980, ainda prevalecia a ênfase no domínio do código na educação, mas surgia uma crescente preocupação com a formação integral do indivíduo, visando evitar exclusões, diferenciações e questões políticas. Nesse período, houve campanhas e aulas regulares, e uma inovação foi a defesa de abordagens educacionais específicas para jovens e adultos, incluindo encontros voltados para esses grupos.

Na década de 1990, especificamente em 1990, foi designado como o Ano Internacional da Alfabetização. Contudo, paralelamente, esse período também marcou a visão da EJA como um investimento dispendioso e de baixo retorno. O foco do governo era a redução das taxas de analfabetismo, sem grande preocupação com a formação abrangente dos indivíduos. Novamente, a ênfase no domínio do código e na formação de mão de obra voltaram a ser prioritários no cenário educacional, enquanto voluntários também retomaram seu papel de contribuição para o país.

Atualmente, a abordagem educacional atual visa à formação integral do aluno, promovendo o ensino nas escolas através de aulas ministradas por profissionais especialmente capacitados para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Os referenciais contemporâneos tendem a se alinhar mais com as ideias defendidas por Paulo Freire. Em sua obra *A Importância do Ato de Ler*, Paulo Freire descreve como deu vida à escrita do livro. Ele relata que revisitou

sua infância, relembrando a casa e seus cômodos, o quintal, os pássaros e todas as manifestações da natureza, bem como os animais. Nesse momento, ele expressa ter revivido e recriado a si mesmo, mesmo ao lembrar histórias de gênero terror contadas pelos mais velhos. Ele passa então para o período em que ingressou na escola e aprendeu a ler. Nesse momento, ele cunhou a palavra 'palavramundo', pois a leitura para ele era uma concepção, não uma ruptura do mundo.

Percebe-se, com a obra, que os objetivos podem ir além de cumprir metas traçadas, a alfabetização pode proporcionar a descoberta e redescoberta da sua individualidade, o apreço pelas memórias e pela aquisição do conhecimento, a melhora da qualidade de vida das pessoas.

3.3 Perfil do aluno da EJA e a falta de autonomia deste

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019, o Brasil registrava 11 milhões de analfabetos, 200 mil a menos em comparação com o levantamento do ano anterior, em 2018. Dentre esses números, destacam-se os pretos e pardos, e os homens com 15 anos ou mais, representando 8,9% e 6,9% dos analfabetos no país, respectivamente.

Ao analisar os dados estatísticos, fica evidente que a permanece como uma necessidade urgente no contexto brasileiro atual. Isso é resultado da ausência de oportunidades que muitos indivíduos tiveram para concluir o ensino fundamental ou médio dentro do prazo considerado adequado. Além disso, é comum entre esse grupo de pessoas a dependência da venda de sua força de trabalho para garantir seu sustento. Geralmente enfrentam situações socioeconômicas desfavoráveis, experimentaram perdas emocionais, sociais e financeiras, e ainda nutrem a esperança de dias melhores. Para eles, a educação representa a possibilidade de conquistar uma condição de vida melhor, alcançar independência financeira e autonomia para tomar decisões sem depender de terceiros. Este grupo inclui adultos analfabetos ou semianalfabetos que necessitam de auxílio para tarefas simples, como identificar o ônibus correto, contar notas para realizar um pagamento ou ler as instruções de um medicamento.

O ditado popular “O saber não ocupa lugar”, frequentemente proferido, reflete a percepção de que o conhecimento sempre foi considerado valioso. Esse valor não diminuiu ao longo do tempo, nem mesmo com os avanços tecnológicos. A importância da busca por conhecimento é fundamental tanto para a sobrevivência quanto para o desenvolvimento. Desde tempos ancestrais, antes mesmo da existência das escolas, as famílias transmitiam ofícios de geração em geração, uma sabedoria que dificilmente poderia ser adquirida em instituições de ensino.

A educação desempenha um papel crucial no progresso humano. Ela não envolve apenas a aquisição de conhecimentos específicos, mas também a formação integral do indivíduo e seu crescimento pessoal. Nesse contexto, Paulo Freire ressalta: “Se trabalho com jovens ou adultos, não devo me descuidar de que meu trabalho possa ser um estímulo para romper com paradigmas inadequados e superá-los”. Assim, o educador assume um papel formador, mantendo uma atitude respeitosa e encorajando os alunos a exercerem seus direitos de escolha e tomar decisões baseadas em seu próprio entendimento, deixando de depender dos outros, como ocorria anteriormente.

Entre os desafios enfrentados até o retorno aos estudos e o momento da aula, é essencial adotar uma abordagem didática diferenciada para manter o interesse e garantir um aprendizado efetivo.

3.4 Objetivo da Educação de Jovens e Adultos

É frequentemente do interesse de governos e organizações promover qualidade de vida e autonomia para sua população, sendo a educação uma das ferramentas utilizadas para abordar essa questão. Com esse propósito, organizações internacionais estabelecem metas e objetivos para reduzir e, em última instância, erradicar o analfabetismo em âmbito global. A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que aborda um plano global visando a melhoria das nações do mundo, possui um objetivo de desenvolvimento sustentável específico para a educação, conhecido como 'Educação de Qualidade'. Este é o quarto objetivo da lista. O item 4.6 dessa agenda tem como alvo assegurar que todos os jovens estejam alfabetizados e tenham conhecimento fundamental de matemática. É relevante perceber que a preocupação é com a alfabetização de todos, e não apenas de uma maioria ou parcela específica de jovens. O uso do pronome que denota totalidade ressalta a importância da educação e da alfabetização em todas as idades. Isso é reforçado no item 4.3, outro ponto significativo, que busca proporcionar formação capaz de oferecer a homens, mulheres e jovens oportunidades de trabalho digno, emprego e empreendedorismo.

Organizações internacionais estabelecem metas e objetivos visando a redução e, até mesmo, a erradicação do analfabetismo em âmbito global. A Organização das Nações Unidas, por exemplo, aborda esse tema em sua Agenda 2030, um plano global com o propósito de aprimorar as nações ao redor do mundo. Dentro dessa agenda, destaca-se o objetivo de desenvolvimento sustentável número 4, intitulado 'Educação de Qualidade'.

O item 4.6 desse objetivo tem como foco assegurar que todos os jovens sejam alfabetizados e adquiram conhecimento fundamental em matemática. É importante observar que a preocupação é com a inclusão de todos os jovens, não se limitando à maioria ou a uma parcela específica. O uso do pronome que denota totalidade ressalta a importância da educação e da alfabetização em todas as idades, o que é reforçado no item 4.3. Nesse outro item, destaca-se a necessidade de elevar o nível de formação para proporcionar a homens, mulheres e jovens oportunidades de trabalho digno, emprego e empreendedorismo.

No Brasil o Plano Nacional da Educação, estabelecido em 2014 pela Lei nº 13.005/2014, diz em sua Meta 9:

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional (Brasil, 2014).

A vigência do plano é de 10 anos, conforme estipula o artigo 1º da mesma Lei, seguindo o preceito da Constituição Federal de 1988, conforme expresso em seu artigo 214. Essa política de âmbito nacional foi estabelecida com base em pesquisas, como mencionado no item 3.1 deste artigo. Um traço comum que compartilha com os objetivos globais é a preocupação com uma população que, apesar de ser numericamente considerável, enfrenta a falta de oportunidades e, conseqüentemente, não possui conhecimentos básicos essenciais, tais como leitura e escrita.

3.5 Leis que versam a respeito da Educação de Jovens e Adultos

No período do Brasil Império, o Ato Adicional de 1834 conferiu às províncias a responsabilidade pela educação primária, embora a aplicação dessa lei se restringisse a um público específico: somente homens analfabetos, excluindo-se os escravos, exceto aqueles que eram livres ou haviam sido libertos. Na Primeira Constituição da República, a responsabilidade pela educação primária continuou sob jurisdição das províncias.

Somente na Constituição de 1934 a educação foi consagrada como um direito de todo cidadão. A partir da década de 40, a legislação passou a estabelecer leis específicas para a educação de jovens e adultos, por meio de decretos, leis e portarias. Em 1945, um Decreto do governo federal determinou que 25% dos recursos investidos na educação fossem direcionados à Educação de Jovens e Adultos. Dois anos depois, em 1947, a Portaria 57 viabilizou a Campanha Nacional de Educação de Adultos.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases do Brasil (LDB) foi promulgada em 1961 e introduziu o exame de madureza, no qual os indivíduos que obtivessem aprovação recebiam um certificado de conclusão, facilitando sua entrada no mercado de trabalho, por exemplo. A Lei 5692 definiu faixas etárias e categorizou o ensino em primeiro e segundo grau, instituindo a modalidade de supletivo na educação de jovens e adultos a partir de uma idade específica."

A Constituição de 1988, conhecida como a 'Constituição Cidadã', surgiu com o intuito de reparar a dívida social em relação ao fato de o Estado não ter possibilitado que os cidadãos concluíssem seus estudos dentro do prazo considerado apropriado. A educação de jovens e adultos passou a ser uma responsabilidade compartilhada entre os Estados, Municípios e o Governo Federal. Além disso, nesse mesmo contexto, materiais didáticos e alimentação escolar também se tornaram direitos dos estudantes da EJA.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n.º 9394 estabeleceu a EJA como uma modalidade básica da educação, regulamentando sua oferta para todos aqueles que, na idade apropriada, não tiveram acesso à educação ou que desejam dar continuidade ao ensino fundamental e médio. Quanto à idade, a lei determina que a partir dos 15 anos, os educandos podem prestar o exame de competência para obter a formação do ensino fundamental por meio de um exame supletivo. Aos 18 anos, podem realizar outro exame para receber o certificado de conclusão do ensino médio.

Essa abordagem possui vantagens e desvantagens. Entre os benefícios, está a oportunidade para os alunos de obter conhecimento de forma autônoma sem depender de uma escola, visto que questões de acesso, horários e disponibilidade podem dificultar a permanência em uma sala de aula convencional. No entanto, a prática tem seus pontos negativos, especialmente em áreas urbanas, onde a falta de acompanhamento pode levar alguns alunos a abandonarem a escola e optarem por exames para obter o título, em vez de frequentar as aulas de forma regular. Isso leva à evasão escolar e ao esvaziamento das turmas. Assim, o objetivo humanístico, enfatizado por Freire, é muitas vezes deixado de lado em prol da obtenção do certificado, em detrimento do desenvolvimento do conhecimento e da formação de indivíduos críticos.

Retornando às definições da LDBEN, a lei também estabelece que as oportunidades educacionais devem ser adaptadas às características, interesses e condições de trabalho e vida dos educandos. Isso implica que materiais, didáticas e metodologias devem ser ajustados para atender às limitações e conhecimentos dos alunos.

Avançando para os anos 2000, foram estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Parecer CNE/CEB 11/2000 e Resolução CNE/CEB

1/2000). Importante destacar que a obrigatoriedade de cumprir essas diretrizes é destinada às escolas públicas de ensino, enquanto nas demais instituições é um indicativo de como aplicá-las. Essas Diretrizes reafirmam as modalidades de ensino abrangidas pela EJA, as faixas etárias e os perfis dos estudantes. Elas orientam que a EJA deve possuir um modelo pedagógico próprio, no qual o professor é responsável por estabelecer métodos e abordagens individuais, visando, ao final, um nível de conhecimento semelhante e comparável entre os alunos, apesar das diferenças e dificuldades individuais apresentadas por cada um.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, a EJA desempenha funções específicas: a reparadora, que busca restituir o direito à educação de qualidade que foi negado; a equalizadora, que tem como objetivo corrigir trajetórias educacionais interrompidas, proporcionando mais oportunidades do que os educandos tiveram anteriormente; e a qualificadora, que reconhece a capacidade de avanço e desenvolvimento dos educandos.

A inserção da EJA como um direito do educando, com objetivos bem definidos e funções claras, além de orientações para uma metodologia que respeite as características e o potencial de desenvolvimento do educando, demonstra a importância e a essencialidade da criação e aplicação de leis, decretos, portarias e diretrizes que regulamentaram a EJA. Hoje, apesar dos desafios ainda existentes, ela se tornou uma modalidade de ensino regulamentada e amplamente amparada. Isso não se limita apenas a legislação, mas também envolve investimento financeiro e uma preocupação genuína com a formação humana dos educandos, indo além da simples obtenção de um certificado. Essa abordagem elimina a antiga e ultrapassada ideia de educandos sem valor, e de uma EJA tratada como uma medida para eliminar uma vergonha ou cumprir metas. A regulamentação da EJA definiu os alunos e a modalidade como algo importante, relevante e de grande valor.

3.6 Concepções necessárias para a prática da EJA

A EJA tem duas concepções principais, são elas: a concepção tradicional ou instrumental; e a concepção dialógica e emancipatória. A primeira, de maneira sucinta, se concentra na mera aquisição dos códigos, enquanto a segunda busca a formação integral do indivíduo. A seguir, cada uma dessas concepções será analisada e apresentada em maior detalhe.

A concepção instrumental ou tradicional é frequentemente adotada pelo governo, principalmente porque permite a obtenção de dados estatísticos. Nessa abordagem, o conhecimento é transmitido oralmente, os materiais didáticos não são personalizados de acordo

com as diretrizes da LDBEN, o que significa que eles não atendem às necessidades individuais dos educandos. Tanto crianças quanto adultos são submetidos ao mesmo método e material. Nessa perspectiva, o aluno é visto como alguém que possui pouco ou nenhum conhecimento, enquanto o professor detém toda a sabedoria. No entanto, essa abordagem não considera os conhecimentos prévios dos alunos e os trata como meros receptores de informações, muitas vezes desprovidas de relevância, apenas para cumprir um protocolo. Essa concepção se concentra estritamente na aquisição dos códigos da leitura e escrita, sem considerar o desenvolvimento humano do educando e suas percepções do mundo.

A concepção emancipatória ou dialógica, fundamentada na obra de Paulo Freire, recebe esse nome porque difere da abordagem tradicional ao incentivar o diálogo entre alunos e professores, alterando a dinâmica dessa interação. Nessa visão, o aluno é encarado como um ser humano crítico, e a alfabetização é encarada como um ato que capacita o aluno a compreender o mundo, a situação política de seu país, sua realidade e a se conhecer a si mesmo e ao mundo ao seu redor de maneira integral. Não se trata apenas de compreender códigos, mas de ganhar autonomia e perspicácia para interpretar e transformar sua realidade.

Na concepção dialógica, a palavra é considerada crucial nas relações humanas e é imbuída de poder. Nesse contexto, as vozes dos alunos têm significância, conferindo-lhes essa influência. Assim, as palavras utilizadas e as temáticas abordadas estão enraizadas no contexto dos alunos, o que garante maior atenção, interesse e familiaridade. Por exemplo, para um grupo familiarizado com a agricultura, abordar palavras e assuntos relacionados a essa vivência se torna mais significativo tanto para os alunos quanto para os professores. Isso não apenas estimula o interesse na aprendizagem, mas também propicia momentos de reflexão sobre a importância desse conhecimento no papel de cidadãos e trabalhadores. É importante ressaltar que, mesmo com essa abordagem, o foco na aprendizagem continua a respeitar e incentivar o desenvolvimento pessoal e humano do aluno.

Na relação entre aluno e professor nessa perspectiva, há horizontalidade, e o diálogo serve como alicerces para a alfabetização. A intenção é conceder autonomia ao aluno para compreender o mundo ao seu redor, fornecendo-lhe uma nova lente através da qual possa enxergar problemas locais e as consequências de suas escolhas e ações.

Apesar das diferentes abordagens, ambas compartilham a preocupação em garantir que o aluno domine o código da leitura e escrita, que aprenda a interpretar. O domínio do código é fundamental, e os professores não devem negligenciar esse aspecto. No entanto, essa abordagem vai além de ensinar por ensinar. A ênfase recai no entendimento amplo do

conhecimento, de modo que ele seja realmente útil no cotidiano dos alunos, permitindo a aplicação prática além do domínio do código.

3.7 Os métodos de alfabetização na Educação de Jovens e Adultos

Chegou o momento de discutir os métodos de ensino para jovens e adultos. Inicialmente, abordaremos o método de Paulo Freire. É importante ressaltar que esse método não era originalmente aplicado em ambientes escolares, especialmente porque, como discutido anteriormente, a educação de jovens e adultos dentro do contexto escolar é uma prática relativamente recente. No entanto, os princípios e ideias desse método podem ser adaptados e aplicados nos dias de hoje para a alfabetização de jovens e adultos, mesmo que a abordagem completa não seja viável.

Para entender o que pode ser utilizado e o que não é mais adequado, é necessário explorar o método em detalhes. O processo começa com a pesquisa do universo vocabular: o educador convive com o grupo a ser alfabetizado para conhecer o vocabulário, a forma de expressão e a realidade dos alunos. Isso permite identificar as principais palavras da comunidade, que serão relevantes para ensinar o código de escrita e compreensão do mundo. Essas palavras não são escolhidas aleatoriamente, mas sim selecionadas com base em sua relevância morfológica e sintática para a alfabetização. Elas se desdobram em temas geradores, que são utilizados em um círculo de leitura. Nesse círculo, há uma troca constante de informações, na qual os alunos em diferentes níveis se auxiliam mutuamente para sanar dúvidas, transferir conhecimentos, reforçar a aprendizagem e sintetizar as informações.

No entanto, o método freiriano não é o único existente. Mais adiante, também abordaremos outros métodos. Mesmo hoje, dependendo do contexto em que a iniciativa de educação de jovens e adultos é aplicada, ainda é possível encontrar abordagens instrumentais. Por exemplo, empresas privadas disponibilizam programas de alfabetização para seus colaboradores com o objetivo de fornecer conhecimentos específicos para atividades dentro da organização. Apesar de não ser uma generalização, essas abordagens podem se concentrar na obtenção de conhecimentos específicos para determinados fins.

Embora não seja viável aplicar integralmente a metodologia de Freire, seus princípios, como o desenvolvimento humano, a autonomia do aluno adulto, e a valorização do conhecimento prévio, podem ser incorporados nas aulas atuais de educação de jovens e adultos. Além do exposto, esses princípios estão alinhados com as funções da EJA.

Independentemente do método aplicado, é fundamental que o educador esteja consciente das funções da EJA e trabalhe de forma a cumprir essas funções em suas aulas. Além disso, os alunos da EJA trazem consigo conhecimentos da comunidade em que estão inseridos e de suas experiências de trabalho. Esses conhecimentos, bem como as limitações e percepções dos alunos, devem ser respeitados, utilizados e compreendidos em todos os momentos do processo de ensino e aprendizagem.

3.8 Abordagem na Educação de Jovens e Adultos.

Inicialmente, entender e avaliar os alunos é essencial para garantir um momento produtivo. Utilizar os primeiros contatos para estabelecer uma relação de confiança e dissipar qualquer timidez ou insegurança por parte dos alunos é crucial. Esses sentimentos podem gerar resistência e prejudicar o progresso do processo de aprendizagem. Portanto, é fundamental utilizar atividades que aliviem a tensão natural de se estar em um ambiente novo, como a sala de aula.

Uma abordagem eficaz pode ser iniciada com uma roda de conversas, onde os alunos compartilham informações sobre seus hábitos diários, rotinas, tarefas executadas antes de irem à escola, músicas favoritas e outros tópicos relevantes para o momento. Essa abordagem ajuda a diminuir as tensões iniciais. Além disso, um projeto pode ser introduzido nesse primeiro contato, usando um tema gerador que aborde a questão da identidade. Durante uma atividade de discussão em grupo, os alunos podem falar sobre quem são, de onde vêm, características marcantes que os definem (tanto emocionais quanto físicas), preferências e receios. As sugestões de perguntas fornecidas são exemplos que podem ser relevantes para os primeiros momentos. Vale lembrar que o professor pode começar a atividade como exemplo, incentivando os alunos a seguirem o seu exemplo, o que pode facilitar a fluidez da atividade.

Essas atividades proporcionam ao professor e aos alunos um momento de conhecimento pessoal e individual, por meio das experiências compartilhadas e dos tópicos discutidos. Essa abordagem inicial ajuda a estabelecer um ambiente mais confortável e colaborativo, onde a aprendizagem pode ocorrer de maneira mais eficaz.

Partindo da premissa de que a tensão inicial foi dissipada, avançamos para o momento da avaliação diagnóstica. A avaliação diagnóstica tem como objetivo identificar os conhecimentos iniciais dos alunos. A partir dos resultados dessa avaliação, o professor poderá compreender como abordar cada aluno de forma mais eficaz. É possível agrupá-los inicialmente de acordo com seu nível de conhecimento, o que permite uma abordagem mais direcionada às

dificuldades e necessidades específicas de cada grupo. Isso contribui para nivelar os alunos, que podem ter variações de progresso inicial, e também facilita o planejamento das ações educativas.

A partir do resultado da avaliação diagnóstica dos alunos, o professor pode iniciar o planejamento da aula seguindo o projeto político pedagógico proposto pela escola. Pode-se abranger, nesse planejamento, projetos, aulas temáticas, e momentos em que os alunos continuem aprendendo, porém não somente com papel e caneta em mãos. Já que o assunto é planejamento, existem perguntas que podem auxiliar nesse processo, são elas:

- Para que ensinar: Quais são os objetivos desse assunto, quais conhecimentos se supõe que os alunos terão ao fim dessa aula? Vale lembrar que os objetivos devem ser alcançáveis, de fácil compreensão e que possam ser avaliados.
- O que ensinar: Quais conteúdos serão selecionados para essa aula, estes conteúdos estão de acordo com os objetivos do presente plano e são suficientes?

Nesse momento, o pensar deve ser útil para o aluno, de modo que este possa refletir e associar esse conhecimento ao seu cotidiano, assim como deve respeitar o nível de conhecimento e de dificuldade apresentado pelo aluno, por isso, a importância de, em um primeiro momento, conhecer os alunos, entender quanto tempo os alunos dispõem para realizar atividades fora da sala de aula e se dispõe desse tempo.

Nesse momento, inclusive, é importante ponderar quais recursos serão utilizados e se a unidade escolar, bem como os alunos, dispõe desses materiais. Caso não disponha, é no momento do planejamento que o professor pode encontrar outras saídas para o desenvolvimento da atividade, evitando, assim, imprevistos e diminuindo os improvisos. Além das atividades escritas, existem outras abordagens que podem enriquecer o processo de ensino. Por exemplo, a realização de rodas de conversa, nas quais os alunos têm a oportunidade de compartilhar suas opiniões e percepções sobre temas específicos, permitindo a síntese de seus conhecimentos e contribuindo para o aprendizado oral entre os colegas. Encontros artísticos também são uma opção, nos quais os alunos podem expressar seus gostos através de trabalhos manuais, talentos artísticos, músicas, esculturas e outras formas criativas, conforme apropriado. Essas sugestões podem transformar a aula em um ambiente dinâmico e produtivo. Dessa forma, o planejamento educacional pode abranger uma ampla gama de métodos, ampliando as formas de ensino e, ao mesmo tempo, promovendo o desenvolvimento pessoal e intelectual dos alunos.

O planejamento educacional corresponde ao “Como ensinar”, que deve responder às seguintes perguntas: De que maneira e quais técnicas serão empregadas para fazer cumprir os objetivos da aplicação do plano? Deve-se pensar e planejar quais as formas de aplicar as

atividades propostas, respeitando o contexto socioeconômico e ambiente em que a turma com qual se trabalha está inserida é um fator determinante para o efetivo atingimento do objetivo do plano.

Feito o planejamento, é o momento de aplicar a aula, esta deve seguir o planejamento na maior parte do tempo possível, salvo os momentos de interferências que podem ser driblados e, assim, retorna-se à aplicação do que foi planejado. Ainda falando a respeito do planejamento, o livro didático, excelente fonte de atividades e de norteamento, pode ser utilizado nesse momento de planejamento, porém, cabe ressaltar que, devido a heterogeneidade presente principalmente nas salas de educação da EJA, a mera aplicação de uma aula proposta em um livro, ainda que esta tenha sido planejada por inúmeras pessoas, dificilmente poderá atender de forma satisfatória a necessidade de todos os alunos da classe, dado os níveis diversos de conhecimentos, sendo assim, o professor não deve se prender a mera aplicação de uma atividade de livro didático, mas pode sim utilizar o material para complementar o planejamento de sua aula.

Ao final dos momentos de dirimir tensão, avaliação diagnóstica e finalmente a aplicação do planejado, segue-se para o momento de acompanhamento da evolução e determinação de para onde seguir, quais os próximos passos e assuntos a serem abordados. Os próximos parágrafos tratam das formas que podem ser realizados estes acompanhamentos, sendo eles as avaliações, a observação e os registros.

A avaliação diagnóstica não é a única a ser realizada durante o período letivo. O professor pode utilizar observações em sala de aula, organização de portfólios com atividades desenvolvidas e abordagens temáticas, como atitudes favoráveis a questões socioambientais que os alunos aplicam no cotidiano, para uma avaliação contínua e mais abrangente do desenvolvimento dos alunos. Isso evita depender apenas de uma única avaliação para orientar o progresso educacional do adulto em processo de alfabetização.

A observação desempenha um papel crucial em qualquer tomada de decisão educacional. Por esse motivo, é importante entender o que observar antes, durante e após a execução de um processo de ensino. Observar não é apenas olhar, mas sim analisar profundamente, considerando tanto o todo quanto os detalhes. Inicialmente, o professor pode observar a interação dos alunos durante a aula, o que aprenderam e, assim, identificar os tópicos que precisam ser aprofundados nas próximas lições. A observação não é apenas individual; a interação do grupo, alunos colaborativos, aqueles que enfrentam maiores dificuldades e os que não participam também devem ser observados. A autoavaliação também é válida para o

professor, permitindo perceber sua interação com os alunos e quais abordagens foram mais eficazes.

Registrar informações é uma prática antiga e essencial. Assim como as palavras têm poder, o registro das atividades do professor em um diário pode facilitar o trabalho com turmas atuais e futuras. Isso permite acompanhamento em tempo real e autoavaliação, ajudando a entender quais ações tiveram os resultados esperados e quais precisam ser ajustadas. As fichas também são úteis, possibilitando o registro de aspirações, metas e progresso tanto do professor quanto dos alunos. Esses registros servem como guias para ações futuras, além de serem uma fonte valiosa de aprendizado com base nas experiências anteriores.

A avaliação, planejamento, observação e registro são ações interligadas que, quando executadas de maneira adequada, podem enriquecer o desenvolvimento educacional e humano dos alunos. Não há uma única receita para o ato de alfabetizar, pois cada turma é única. Métodos, metodologias e técnicas são escolhidos pelo educador, de acordo com as necessidades da turma. O educador deve buscar o melhor dentro das possibilidades existentes.

O ato de alfabetizar não é uma fórmula pronta. Cada turma, aluno e escola apresentam suas particularidades. O sucesso no processo de ensino-aprendizagem resulta das peculiaridades de cada contexto. O educador desempenha o papel de auxiliar, guia e mediador nesse processo, e há inúmeras fontes disponíveis para pesquisar e obter novos conhecimentos. A internet, com trabalhos acadêmicos, artigos e informações governamentais, assim como livros e revistas físicas, oferecem apoio valioso. O educador não está sozinho nesse caminho, há infinitas possibilidades para aprimorar suas aulas e atender às necessidades únicas de seus alunos.

4 Considerações finais

Durante a pesquisa para elaborar o presente artigo, ficou evidente que inúmeras adversidades levam os alunos a abandonar a escola em idade apropriada. Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, exploramos essas dificuldades que foram reconhecidas pelas autoridades. Com o objetivo de remediar os desafios acumulados ao longo dos anos, resultantes das barreiras e obstáculos ao acesso à educação, e visando permitir que pessoas de todas as idades tenham oportunidades educacionais, os Governos Federal, Estadual e Municipal promulgaram leis, planos e projetos que oferecem à população adulta acesso à escola por meio da Educação de Jovens e Adultos. Essa modalidade de ensino tem como uma de suas funções a recuperação, visando proporcionar a alfabetização e a conclusão dos estudos em idades superiores a 18 (dezoito) anos.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) evoluiu ao longo da história, e no contexto brasileiro, sua estrutura atual difere consideravelmente daquela do passado. Atualmente, a EJA conta com salas de aula dedicadas, professores especializados, materiais adequados e até mesmo disponibilidade de alimentação para os alunos. No entanto, apesar da abordagem da EJA ser mencionada durante a formação universitária, muitas vezes ela permanece vaga e rodeada de dúvidas quanto às abordagens, metodologias e materiais a serem utilizados, especialmente considerando as particularidades, peculiaridades e desafios dos alunos.

Com o propósito de esclarecer e dissipar eventuais dúvidas e inseguranças que professores, principalmente os recém-formados, possam enfrentar em seu primeiro contato com uma sala de aula na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, esta pesquisa encontrou nas contribuições de Paulo Freire elementos importantes que podem oferecer apoio aos educadores. O método de alfabetização freiriano, originalmente desenvolvido para ambientes não escolares, foi abordado para demonstrar quais de seus princípios podem continuar sendo aplicados nas aulas contemporâneas. Além disso, foram apresentadas sugestões de ações que podem ser empregadas desde o planejamento inicial e o primeiro contato com os alunos até as avaliações, tanto dos estudantes quanto da autoavaliação do professor.

Ao adentrar no universo da alfabetização na Educação de Jovens e Adultos para pesquisar as contribuições já registradas e explorar possibilidades aprofundadas e menos exploradas, tornou-se evidente que Paulo Freire é o autor mais proeminente e frequentemente citado quando se trata de EJA. No entanto, outras vozes e suas contribuições permeiam as pesquisas deste artigo, fornecendo um alicerce para futuros pesquisadores mergulharem nesse campo.

As considerações finais deste artigo apontam que seus objetivos foram alcançados e que ainda há material para pesquisas futuras se aprofundarem. As complexas questões envolvidas no processo de alfabetização na EJA, bem como nas abordagens iniciais, podem oferecer uma contribuição eficaz para diversos educadores.

Referências

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996**. Diretrizes e bases da educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 24 de outubro de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional De Educação - LEI Nº 13.005 de 25 de junho de 2014** <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em 20 de outubro de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>. Acesso em 20 de outubro de 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia.** 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.